

ENXAME

**500 mil motos vendidas
em seis meses em todo o País**

**TRÂNSITO JÁ NÃO SERÁ
MAIS POSSÍVEL EM 2012**

**Os recordes de venda de carros
continuam e o estrangulamento
também. Página 3**



INFLAÇÃO NÃO

O falatório de ameaças da inflação, segundo economistas e técnicos do Diesse tem endereço certo: reprimir os reajustes salariais

UNIDADE ALCANÇA O PAÍS NA LUTA POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

O esforço de todas as entidades sindicais brasileiras resultou em um documento com mais de 1,5 milhão de assinaturas, em favor da redução da jornada de trabalho. Durante a entrega do abaixo-assinado, na Câmara Federal, o deputado Vicentinho (PT-SP) denunciou um crime cometido na internet: a falsa informação de que teria sido votado e extinto o 13º salário. **PÁGINA 4**

Palavra do presidente

Gerson Fernandes

Ladroagem nas terceirizações



As ações da Polícia Federal vão ganhando a simpatia da população como um vício de noveleiros ou dos velhos tempos em que acompanhávamos os seriados dos mocinhos contra bandidos.

Os mistérios colocados agora para nossa curiosidade nos remetem para que tipo de provas estarão contidas nas caixas e mais caixas e nas CPUs de computadores sequestrados de prefeituras municipais e de escritórios de empreiteiras que nadam na enxurrada de obras patrocinadas com o dinheiro público.

O bom gasto com algemas, camisas riscadas e um número de identificação no peito se trans-

forma num sonho de uma sociedade ávida em liquidar a tirania da corrupção, da comedeira dos recursos que deviam estar sendo investidos em favor dos cidadãos.

Infelizmente, continuamos a ver sempre parlamentares, prefeitos, empresários, laranjas e até policiais por trás da farra com o dinheiro público. Por trás de tudo isto está o mapa da mina: as terceirizações de serviços públicos, a licitações desonestas, a manipulação de orçamentos públicos. A criminalidade e a bandidagem requintada instalada como praga no exercício do poder público.

Em alta

* A aceleração da venda de motocicletas é sintoma claro de que não se consegue mais andar de carro nos grandes centros urbanos e de que a população procura alternativas

* A polícia federal age contra crimes de corrupção. Os bandidos do colarinho branco, finalmente, são tratados como sem prestígio

* O governo de Minas abriu uma campanha elogiável de grande sensibilidade contra a prostituição infantil, uma luta humana e urgente.

Em baixa

* O governo enviou à Câmara dos Deputados, em fevereiro último, a Proposta de Emenda Constitucional 233/2008 (PEC 233), que altera o Sistema Tributário Nacional. Segundo o Dieese numa primeira abordagem, verifica-se que a proposta de Reforma Tributária do governo não tem a pretensão de promover uma mudança estrutural no Sistema Tributário, de forma a torná-lo mais justo.

- REPOUSO SEMANAL REMUNERADO - Belo Horizonte

JUNHO
20%

JULHO
14,81%

AGOSTO
24%

EXPEDIENTE

JORNAL
SINDCON-MG
TRABALHO E CIDADANIA

Presidente
Gerson Fernandes

Diretoria Executiva
Diego Gonçalves
José Eustáquio
Manoel Borges
Andréia de Souza
Marcos Vinícius

Jornalistas
José Geraldo Ribeiro
MG 02717 JP
Fotos - Tomaz Cintra
CTP e Impressão
Gráfica Everest

JULHO 2008
Distribuição gratuita

Av. Itaú, 400 - Dom Bosco - BH/MG Cep: 30730-435 Fone: (31) 3464-8383 FAX: (31) 3464-5678 e-mail: sindcon@sindconmg.com.br site: www.sindconmg.com.br

Vendas de veículos acomodam, mas continuam batendo recordes

O desempenho do setor automotivo no varejo retraiu 6,19% em maio, mas o saldo do acumulado é positivo. Segundo dados reunidos pela Fenabrave (Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores) junto ao Denatran, foram comercializados 417.099 veículos (automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus, motos e implementos rodoviários e outros) em maio deste ano, contra 444.602 no mês anterior. Nos primeiros cinco meses de

2008, no entanto, as vendas apresentaram aumento de 26,42%, passando de 1.554.852 unidades comercializadas para 1.965.600 no mesmo período de 2007.

Recordes continuam

“A queda nas vendas em maio foi motivada pela menor quantidade de dias úteis. Foram 20 dias úteis em maio contra 21 dias úteis em abril. Há também tendência de acomodação do mercado, que já tendia a se estabilizar, pois o ritmo estava

muito acelerado”, afirmou Sérgio Reze, presidente da Fenabrave. Na comparação com maio de 2007, o setor cresceu 14,89%.

Apesar da queda na venda de veículos, registrada de abril para maio, o setor da distribuição automotiva apresentou bons resultados no acumulado e continua batendo recordes. Foi o melhor mês de maio e o melhor acumulado para todos os segmentos de automóveis, comerciais leves, caminhões, ônibus e motos.

Motos disparam nas vendas em todo o País

As motos continuam aceleradas nas vendas e se proliferam como moscas nos grandes centros urbanos.

Levantamentos da Federação Nacional de Veículos Automotores (Fenabrave) demonstram números espetaculares nas vendas de motocicletas. A CG150 já vendeu 213.425 unidades em 2008. Só no mês de junho, foram 34.916 vendas realizadas. Na segunda posição, a CG 125 já atingiu uma venda global de mais de 181 mil unidades e 30.611 motocicletas, só em junho. Também a Biz alcança grande volume de vendas, com 14.471 em junho e 99.955 em todo o ano. O carro mais bem posicionado nas vendas é o gol, que atingiu 19.285 em junho e 133.690 durante o ano.

Caos total no trânsito tem data marcada

As previsões sobre a tragédia do trânsito urbano já marcam o momento do total estrangulamento. Segundo previsões do administrador Stephen Kanitz, em artigo publicado na revista Veja, em 18 de junho, São Paulo vai parar definitivamente em 2012.

O administrador arrola um monte de procedimentos que devem ser urgentemente adotados pelas autoridades e pelo próprio cidadão, para minimizar a catástrofe no trânsito. A lista de sugestões é extensa e começa pela boa educação.



Empresas de fora não honram compromissos

Os trabalhadores e os próprios clientes de concessionárias de veículos passam a enfrentar sérios problemas com a invasão de concessionárias de outros estados, que a despeito de vir para Minas em franca concorrência com as empresas locais, preferem deixar seus departamentos pessoais nos estados de origem.

O resultado desta prática é o completo descompromisso com os trabalhadores. Algumas poucas empresas vêm reiteradamente dando dor de cabeça aos trabalhadores e ao

Sindicato, não cumprindo os horários de homologações de rescisões de seus funcionários. Comparecem sempre atrasados ou faltando documentação. Chegam ao cúmulo de não aparecerem, não ligarem para o trabalhador demitido e nem para o Sindicato.

A entidade já fez reclamação no órgão fiscalizador competente, que deverá tomar providências contra este tipo de comportamento, que penaliza os direitos dos trabalhadores ora desligados da empresa.

Dieese contesta risco de inflação

Os técnicos do Dieese vêm afirmando o caráter desestabilizador no discurso praticado na grande imprensa e por críticos do governo, quando fazem referência ao retorno do fantasma da inflação.



Em recente encontro realizado com jornalistas sindicais, em São Paulo, o técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, ressaltou que tenta-se o retorno do argumento de que são os salários que provocam a inflação. Os argumentos patronais se intensificaram por volta de maio, quando acontecem inúmeras negociações coletivas de categorias profissionais.

A inflação prevista para o próximo ano, segundo indicadores econômicos é de 4,5%. Na imprensa, já se fala em 6,5%. Trabalhadores e sindicatos devem ficar de olho nas oscilações dos preços e nos índices oficiais divulgados pelo IBGE e do próprio Dieese.

Congresso desmente boato sobre fim do 13º



Não existe projeto para acabar com o 13º salário. Esta denúncia foi apresentada pelo deputado Vicentinho (PT-SP), durante concentração de trabalhadores no plenário da Câmara Federal quando foram entregues 1,5 milhão de assinaturas de apoio ao projeto de redução da jornada de traba-

lho para 40 horas semanais.

Em seu discurso, o deputado paulista afirmou que circula pela internet a falsa notícia de que deputados teriam acabado com o 13º salário em votação na "calada da noite".

O presidente da Câmara Federal, deputado Arlindo Chinaglia, afirmou que estaria remetendo solicitação à polícia federal para apurar os autores deste crime, de imputar aos parlamentares este ato de traição contra um dos sagrados direitos dos trabalhadores. Os dois parlamentares afirmaram que não existe nenhum projeto em tramitação no legislativo federal para prejudicar o direito do 13º salário.

Humanização das condições de trabalho

Argumentos para a discussão da redução da jornada de trabalho no Brasil sem redução do salário

O DIEESE elaborou uma pauta de argumentos para subsidiar os sindicatos na luta pela redução da jornada de trabalho. Apresentamos aos trabalhadores estes pontos, para que todos os companheiros se unam para esta grande conquista.

Argumentos relacionados ao tempo de trabalho: um tempo extenso, intenso e flexível

1. Redução do desemprego

A redução da jornada de trabalho é um dos instrumentos para geração de novos postos de trabalho e a conseqüente redução das altas taxas de desemprego. Se todos trabalharem um pouco menos, todos poderão trabalhar.

1 Nota Técnica nº 16, de março de 2006, Nota técnica nº 31, de agosto de 2006, Nota Técnica nº 37, de outubro de 2006, Nota Técnica nº 55, de novembro de 2007 e a de nº 64, divulgada em abril de 2008.

2. Jornada normal de trabalho muito extensa

A jornada normal de trabalho no Brasil é uma das maiores no mundo: 44 semanais desde 1988.

3. Jornada total de trabalho muito extensa

A jornada total de trabalho é a soma da jornada normal de trabalho mais a hora extra. No Brasil, além da extensa jornada normal de trabalho, não há limite semanal, mensal ou anual para a execução de horas extras, o que torna a utilização de horas extras no país uma das mais altas no mundo. Logo, a soma de uma elevada jornada normal de trabalho e um alto número de horas extras faz com que o tempo total de trabalho no Brasil seja um dos mais extensos.

4. Ritmo intenso do trabalho

O tempo de trabalho total, além de extenso, está cada vez mais intenso, em função de diversas inovações técnico-organizacionais implementadas pelas empresas (como a polivalência, *o just in time*, a concorrência entre os grupos de trabalho, as metas e a redução das pausas). Também em muito tem contribuído para essa intensificação a implementação do banco de horas.

5. Flexibilização da jornada de trabalho

Desde o final dos anos 1990, verifica-se, no Brasil, um aumento da flexibilização do tempo de trabalho. Assim, às antigas formas de flexibilização do tempo - como a hora extra, o trabalho em turno, trabalho noturno, as férias coletivas -, somam-se novas - como a jornada em tempo parcial, o banco de horas e o trabalho aos domingos.

6. Aumento do número de doenças

Em função das jornadas extensas, intensas e imprevisíveis, os trabalhadores têm ficado cada vez mais doentes (estresse, depressão, hipertensão, distúrbios no sono e lesão por esforços repetitivos, por exemplo).

Argumentos relacionados à economia brasileira:

7. Condições favoráveis da economia brasileira

A economia brasileira apresenta condições favoráveis para a redução da jornada de trabalho e limitação da hora extra:

- o país apresenta crescimento econômico nos últimos cinco anos e com perspectivas positivas
- a inflação tem variações moderadas desde 2003
- a economia encontra-se relativamente estabilizada (diminuição das taxas de inflação, equilíbrio na balança de pagamentos, superávit primário, crescimento econômico etc.)
- a redução da jornada de trabalho é uma política de geração de postos de trabalho com baixo risco monetário

8. Baixo percentual dos salários nos custos de produção

Conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em 1999, a participação dos salários no custo da indústria de transformação era de 22%, em média. Fazendo as contas, uma redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais (de 9,09%) representaria um aumento no custo total de produção de apenas 1,99%. Este percentual é irrisório se considerarmos que o aumento da produtividade da indústria, entre 1990 e 2000, foi de 113% e que, nos primeiros anos do século XXI, os ganhos de produtividade foram de 27%. Portanto, o grande aumento de produtividade alcançado desde 1988 (última redução da jornada de trabalho no Brasil) leva a um pequeno aumento de custo gerado pela redução da jornada de trabalho.

9. Baixo custo da mão-de-obra no Brasil

O custo da mão-de-obra no Brasil é muito baixo, comparado a diversos países, de forma que a redução da jornada de trabalho não traria nenhum prejuízo à competitividade das empresas, sobretudo porque o diferencial na competitividade não está no custo da mão-de-obra, mais sim nas vantagens sistêmicas que o país oferece. Como um sistema financeiro a serviço do financiamento de capital de giro e de longo prazo, com taxas de juros acessíveis, redes de institutos de pesquisa e universidades voltadas para o desenvolvimento tecnológico, população com altas taxas de escolaridade, trabalhadores especializados, infra-estrutura desenvolvida, entre outras vantagens.

10. Criação de um círculo virtuoso

Os ganhos de produtividade devem continuar no futuro, o que explicita a necessidade de a redução da jornada de trabalho ser permanente e contínua, acompanhando assim os ganhos de produtividade. Cria-se então, um círculo virtuoso, isto é, os ganhos de produtividade e a sua melhor distribuição estimulam o crescimento econômico que, por sua vez, levam a mais aumento de produtividade.

11. Apropriação dos ganhos de produtividade

A redução da jornada de trabalho é uma das possibilidades que os trabalhadores têm para se apropriarem dos ganhos de produtividade por eles produzidos.

12. Instrumento de distribuição de renda

A redução da jornada de trabalho é uma das formas de os trabalhadores se apropriarem dos ganhos de produtividade, logo, é um dos instrumentos para a distribuição de renda no país.

Querem imbecilizar a todos

EDUARDO COSTA - Jornalista e Radialista

Recentemente, como forma de resolver querelas entre dois vereadores da capital que incluíam até ameaça de morte, os convidei para um debate ao vivo no rádio. Dias depois, a minha empresa foi advertida por promotores eleitorais de que o encontro não deveria ser realizado, sob pena de punição da emissora, com base na legislação eleitoral. Procurei, então – acompanhado da chefia –, os representantes do Ministério Público e constatei que não se tratava de impicância, mas de interpretação das leis e resoluções que tratam das eleições no país.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou a Resolução 22.718 estabelecendo a proibição de uma série de procedimentos no rádio e na televisão, a partir de 1º de julho, como “transmitir, ainda que sob forma de entrevista jornalística, imagens de realização de pesquisa ou qualquer outro tipo de consulta popular de natureza eleitoral que seja possível identificar o entrevistado ou em que haja manipulação de dados”. É de se ressaltar que não se trata de um capricho dos juízes, mas do cumprimento do previsto na Lei 9.504/97. O complicado é, para o profissional que trabalha com improviso próprio do veículo, administrar a linha tênue que separa a informação da infração, até porque a interpretação será de terceiros.

Mas não é só. É proibido ridicularizar ou elogiar candidato, partido político ou coligação, ou seja, o profissional pode ser punido se saudar uma ação legislativa positiva e alguém entender que, implicitamente, está aí um esforço para ajudar eleitoralmente o autor do projeto. No momento em que se discute uma coligação de partidos até recentemente antagônicos da capital, o comunicador vive a encruzilhada: se elogiar o esforço pelo bem da cidade, é propaganda; se criticar a adesão em torno de interesses de cúpulas, é crítica. Não há saída para interpretação, para mostrar a posição de quem tem a responsabilidade de bem informar. E mais: embora deputado mantenha seu emprego; vereador tenha gabinete à disposição; servidor público possa se licenciar, com direito a vencimentos, e todos os outros profissionais possam fazer campanha junto a colegas de trabalho e ao público com o qual convive (o médico no consultório, o engenheiro na obra, o bancário na agência etc.), o profissional de rádio ou de TV, se candidato, não apenas deve se afastar (sem rendimentos), bem como o veículo tem



de retirar seu nome do ar, mesmo sendo identificação de um programa. A marcação é tão cerrada que também as páginas do veículo na internet serão vigiadas.

A mordaça é colocada no rádio e na TV, mas, sem dúvida, o estrago é maior no primeiro veículo, por sua comunicação mais intimista com as pessoas, por conta da proximidade de do ouvinte como comunicador e pela força da credibilidade que muitos radialistas desfrutam junto a seu público. Não satisfeito sem dificultar a can-

didatura dos que militam no rádio – o que não é compreensível –, deputados e senadores limitaram as ações de todos os profissionais, candidatos ou não. Em outras palavras, os parlamentares proíbem que o locutor, o repórter ou o comentarista lembre aos eleitores dos escândalos do mensalão, dos sanguessugas, do cartão corporativo e até da recente prisão de prefeitos que fraudaram o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que retiraram ilegalmente o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Num país em que mais de um terço dos eleitores ou não saber ler e escrever, a proximidade de um pleito é a hora mais propícia para o esclarecimento e a lembrança.

O rádio ou a TV mal usados podem interferir numa campanha. Deputados e senadores sabem disso, porque, ao longo das últimas décadas, cuidaram de assumir o controle de muitíssimas – se não a maioria – das emissoras. Então, por que não estabelecer vigilância rigorosa e punição exemplar para os que agirem de má-fé? Impedir o exercício digno da profissão, calar o profissional na festa da democracia é assegurar a manutenção de um Brasil esquisito. É dever nosso respeitar as leis. Mas algumas das criadas no Congresso Nacional a gente consegue, no máximo, cumprir. Concordar, jamais. Não seria mais benéfico para a democracia usar o rádio às vésperas das eleições para esclarecer melhor as pessoas? Alguém duvida de que é o rádio é o veículo que atinge de forma mais direta um maior número de cidadãos? Sobretudo nas eleições municipais, existe algum meio mais eficiente de se separar o joio do trigo e melhorar o país? Por que a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) e toda a sociedade civil não se revoltam contra essa censura explícita e o impedimento indecente de se fazer jornalismo? Quem eles consideram idiotas? Radialistas, ouvintes ou eleitores?